



Dia Internacional da Luta dos Camponeses: A jornada até agora

Por Pramesh Pokharel, para a RAÍZES.

16/04/2025

17 de abril, Dia Internacional da Luta dos Camponeses

O dia 17 de abril é um dia histórico para as comunidades camponesas do mundo. Semelhante ao Dia dos Trabalhadores, em 1 de maio, e ao Dia das Mulheres, em 8 de março, o 17 de abril é o Dia Internacional de Solidariedade e Ação para as Comunidades Camponesas. Milhões de camponeses em todo o mundo têm comemorado esse dia como o Dia Internacional da Luta dos Camponeses nos últimos 29 anos. Em particular, a Via Campesina, a maior rede camponesa de produtores de alimentos e organizações, comemoram esse dia com o apelo pelos Direitos dos Camponeses, Soberania Alimentar e Fim da Guerra e do Genocídio.

Desde o [massacre de camponeses em Eldorado dos Carajás](#), no Brasil, em 1996, onde 21 camponeses foram assassinados por lutarem pela reforma agrária, esse dia tem sido o



dia simbólico da solidariedade, do internacionalismo e das lutas pela soberania alimentar, agroecologia camponesa, reformas agrárias, feminismo camponês, etc. Recentemente, o apelo ficou mais forte para a implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais (UNDROP, da sigla em inglês) e a luta pela justiça climática. Este ano, a luta exige o fim do genocídio em Gaza e o fim da guerra e da violência em todo o mundo. Nessa ocasião, este artigo discute a UNDROP, sua relevância e seu processo de ratificação no Nepal.

O que é a Declaração dos Direitos dos Camponeses (UNDROP)

UNDROP é o acrônimo em inglês da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e outras pessoas que trabalham em áreas rurais (*United Nations Declaration on the Rights of Peasants*). Conhecemos vários instrumentos das Nações Unidas para proteger os direitos das pessoas e das comunidades, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto sobre Direitos Econômicos e Socioculturais (1966), os Direitos das Pessoas com Deficiência (1975), os Direitos dos Povos Indígenas (2007), a Declaração de Viena (1993), a Organização Internacional do Trabalho 169 (OIT 169), os Direitos dos Refugiados (1951), os Direitos das Mulheres (CEDAW, 1979), os Direitos das Crianças (1989), etc. Esses instrumentos internacionais têm desempenhado um papel importante na proteção dos direitos dos respectivos grupos, democratizando as comunidades e harmonizando as leis nacionais [1].

Entretanto, no caso dos pequenos produtores de alimentos, que são vítimas principalmente de crises sistêmicas e estruturais, esses padrões da ONU eram insuficientes. Durante muitos anos, a demanda por uma carta para os camponeses foi negligenciada e prejudicada. Os movimentos de camponeses, liderados pela Via Campesina, começaram a defender a declaração muito antes, negociando com os órgãos da ONU. Finalmente, embora não tenha sido possível produzir uma carta legal vinculativa, a conquista veio na forma de uma declaração em 17 de dezembro de 2018 [2].

Essa campanha, iniciada pela Via Campesina há 30 anos, começou o processo formal há 20 anos e, após uma longa e tediosa luta em diferentes níveis, tornou-se uma realidade. Muitos de nós talvez não saibam, mas o dia 17 de dezembro de 2023 marcou 5 anos desde que a declaração foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas [1].

Cronologia da luta dos camponeses pela lei dos direitos dos camponeses no Nepal



A All Nepal Peasants's Federation (ANPFa) há muito tempo defende uma legislação abrangente que trate dos direitos dos camponeses, o que tem sido uma de suas principais lutas. A ANPFa participou ativamente do desenvolvimento do UNDROP desde suas discussões iniciais na Via Campesina, incluindo as primeiras iniciativas lideradas pelo SPI da Indonésia.

As políticas neoliberais implementadas no Nepal após a década de 1990 exacerbaram os desafios da baixa produtividade agrícola. Nessa época, houve uma comercialização acelerada da agricultura, o que levou à privatização de recursos, à falta de terra generalizada e à marginalização dos pequenos produtores.

Mesmo sob governos democráticos - incluindo aqueles liderados por partidos de esquerda -, programas significativos de reforma agrária nunca se concretizaram. Sem desafios estruturais para os sistemas de produção, os agricultores perderam o controle sobre seus meios de produção, alimentando a falta de terra e a propriedade ausente de terras. Esse vácuo possibilitou o surgimento de uma classe compradora que explora os recursos agrícolas sem investir nas comunidades rurais.

Não apenas o movimento dos camponeses, organizações não governamentais nacionais e internacionais também têm defendido a legislação para agricultores, especialmente com relação a organizações como a CBD, TRIPS, do ITPGREFA e as regras da Organização Mundial do Comércio. Um estudo de 2008, intitulado “Mecanismos legais para proteger os direitos dos agricultores no Nepal”, de Kamalesh Adhikari, publicado em 2008 (PRO PUBLIC/SAWTEE), recomenda proteções legais para os agricultores.[3]

A Declaração de Kathmandu da Conferência Internacional sobre Soberania Alimentar e Direitos dos Camponeses, de 2019, enfatiza: “Lutaremos pelos direitos dos camponeses, garantindo que aqueles que praticam a agricultura de pequena escala possam viver com dignidade e prosperar. A UNDROP e os direitos de soberania alimentar são as ferramentas para alcançar a soberania alimentar”.[4]

Além disso, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (NHRC) do Nepal publicou o documento “Reforçando os direitos dos camponeses”, que recomenda o reconhecimento constitucional dos direitos dos camponeses por meio da Lei dos Agricultores:[5]

- A Comissão Nacional de Agricultores (2017/2018 AD) trabalhou para definir as identidades e os direitos dos agricultores, identificando direitos derivados da UNDROP que precisam de proteção legal;
- Líderes da ANPFa, como Pramesh Pokharel, têm defendido consistentemente a ratificação da UNDROP, fazendo campanhas direcionadas a cada 17 de dezembro (adoção da UNDROP) e 17 de abril (Dia dos Camponeses);
- Apesar dos esforços persistentes da ANPFa para pressionar o NPC (Comissão Nacional de Planejamento do Nepal) e o MOALD (Ministério da Agricultura e



Desenvolvimento Pecuário) a elaborar uma legislação, o progresso foi interrompido;

- A Estratégia de Desenvolvimento Agrícola 2015-2035 acabou incluindo os direitos dos camponeses como um pilar central devido à pressão da Coalizão Nacional de Camponeses.[6]

Por que o Nepal precisa de uma lei de direitos dos camponeses:

- Garantir a posse da terra: Combater a falta de terra e evitar o deslocamento por meio de salvaguardas legais contra a grilagem de terras;
- Implementação da soberania alimentar: Definir legalmente o campesinato, desafiar as políticas neoliberais e corrigir injustiças históricas;
- Resiliência climática: A legislação pode apoiar a agricultura sustentável, à adaptação climática e ao alívio de desastres;
- Compromissos internacionais: Alinhar-se aos compromissos da UNDROP e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com apoio internacional;
- Migração e urbanização: A proteção dos direitos dos camponeses ajuda a estabilizar as economias rurais e a evitar o crescimento urbano não planejado.

Conclusão

O UNDROP é uma conquista da luta camponesa global, mas não é suficiente. Ela deve ser ratificada e implementada em nível nacional. Somente a pressão e a luta dos movimentos camponeses podem forçar os Estados a agir. Os ativistas camponeses, as organizações, as cooperativas e os movimentos populares têm uma enorme responsabilidade pela frente.

As etapas imediatas incluem:

- Tradução da declaração para os idiomas locais;
- Treinamento de formadores, para aumentar a conscientização;
- Formação de políticas públicas pró-camponeses;
- Lobby nacional e global - especialmente no IFAD, na FAO e na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Em outubro de 2023, durante sua 54ª sessão, o Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou a Resolução 54/11, estabelecendo um novo Grupo de Trabalho para implementar o UNDROP. Esse grupo de especialistas de cinco membros foi nomeado em 5 de abril de 2024, durante a 55ª sessão. O grupo é responsável por promover o UNDROP, identificar lacunas, compartilhar práticas e apoiar as comunidades rurais - agricultores de pequena escala, mulheres rurais, pastores, pescadores artesanais e povos indígenas - na realização de seus direitos [7].



Por fim, vamos comemorar o Dia Internacional dos Camponeses com um apelo renovado para a proteção dos direitos dos camponeses!

Referências

- [1] United Nations. (2018). *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP)*. A/RES/73/165.
 - [2] La Via Campesina. (2018, December 18). *Vitória histórica! Declaração da ONU sobre os Direitos dos Camponeses adotada na Assembleia Geral da ONU*. <https://viacampesina.org>
 - [3] Adhikari, K. (2008). *Mecanismos legais para proteger os direitos dos agricultores no Nepal*. PRO PUBLIC & SAWTEE.
 - [4] Kathmandu Declaration. (2019). *Conferência Internacional sobre Soberania Alimentar e Direitos dos Camponeses*. Organizada pela National Peasants/Farmers Commission Nepal/Governo do Nepal.
 - [5] National Human Rights Commission [NHRC]. (2019). *Reforço dos direitos dos camponeses: Recomendações para a implementação do UNDROP no Nepal*.
 - [6] MOALD. (2015). *Estratégia de desenvolvimento agrícola (2015-2035)*. Ministério do Desenvolvimento Agrícola e Pecuário, Nepal.
 - [7] United Nations Human Rights Council [UNHRC]. (2024). *Resolução 54/11: Implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais*. Genebra.
 - [8] Pokharel, P. (2020, April 17). *Dia Internacional da Luta Camponesa: Direitos dos camponeses e COVID-19*. People's Dispatch.
 - [9] Pokharel, P. (2021, October 28). *All Nepal Peasants Federation Seek Assurance of People's Right to Food Sovereignty (Federação dos Camponeses do Nepal Busca a Garantia do Direito do Povo à Soberania Alimentar)*. Fiscal Nepal.
 - [10] Pokharel, P. (2022, May). *Peasants Rights Now!*. Peasants Voice, All Nepal Peasant Federation (ANPFa) Bulletin.
 - [11] Pokharel, P. (2021, October 16). *25 anos de Soberania Alimentar do Povo*. Ratopati.
 - [12] Pokharel, P. (2023, August). *Soberania alimentar como um direito constitucional no Nepal: Evolução e desafios*. La Via Campesina.
-